



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0007868-63.2012.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
 Requerente: **Wânia Tedeschi**  
 Requerido: **Banco Santander Brasil Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

1. Os "embargos à execução" opostos a fls. 187/194 voltam-se basicamente contra o valor da multa aplicada ao embargante.

Não lhe assiste razão, porém.

Com efeito, o valor exequendo não está circunscrito à multa aludida, mas também abarca as penas pela litigância de má-fé (fl. 155).

A multa, ademais, não se afigura excessiva ou passível de render ensejo a enriquecimento sem causa da embargada.

Na verdade, ela somente alcançou o patamar máximo previsto na sentença (fl. 81) em virtude da manifesta desídia do embargante que não cumpriu a obrigação que lhe foi determinada e, como se não bastasse, por duas vezes alegou de maneira equivocada que já o tinha feito.

Não vislumbro em consequência qualquer motivo razoável para sua redução, de sorte que rejeito os embargos.

2. Expeça-se mandado de levantamento em favor da embargada a respeito do montante depositado a fl. 186.

3. Julgo extinta a execução, com fundamento no art. 794, inc. I, do Código de Processo Civil.

4. Comunique-se o Colendo Colégio Recursal local e, oportunamente, destruam-se os autos com as cautelas de praxe.

P.R.I.

São Carlos, 25 de setembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**